

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 75ª Reunião Ordinária da CT-PL

CEA/UNESP – Rio Claro/SP – 05/07/2019 – 9h30min

Membros da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) com direito a voto					
Vaga	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação	Representação por procuração
01	IGAM - MG	Thiago Figueiredo Santana	Titular	Justificou	
	IEF	Raquel Junqueira Costa	Suplente	Ausente	
02	SIMA	Luiz Roberto Moretti (Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL)	Titular	Presente	
		André Luiz Sanchez Navarro (Coordenador-adjunto da CT-PB)	Titular	Presente	
	CETESB	Maria da Penha de Oliveira Alencar	Suplente	Presente	
		Adilson José Rossini	Suplente	Presente	
03	Secretaria da Fazenda	Afonso Celso Rocha Mastrelli	Titular	Justificou	
		Luiz Henrique Martins Moreira	Titular	Ausente	
	SABESP	Hélio Rubens G. Figueiredo	Suplente	Ausente	
		Mara Regina S. Ramos	Suplente	Ausente	
04	Secretaria de Desenvolvimento Regional	Gabriel Chamma Júnior	Titular	Presente	
		Alexandre Roberto Seabra Dutra	Titular	Presente	
	Secretaria de Desenvolvimento Social	Maria Aparecida Ribeiro Germek	Suplente	Ausente	
		Ana Maria Leme da Silva Sampaio	Suplente	Ausente	
05	Secretaria de Agricultura e Abastecimento	Denis Herisson da Silva	Titular	Presente	
		Gustavo Ferraz de Arruda Vieira	Titular	Ausente	
	CODASP	Thomas Henrique da Cunha Daroz	Suplente	Ausente	
		Osvaldo Minoru Iamamoto	Suplente	Ausente	
06	Secretaria de Saúde	Luiz Alberto Buschinelli Carneiro	Titular	Presente	
		Marcos César Prado	Titular	Ausente	
	DAEE	Sebastião Vainer Bosquilia	Suplente	Presente	
		Felipe Gobet de Aguiar	Suplente	Presente	
07	P. M. de Limeira	Mário Celso Botion	Titular	Justificou	
		Paulo Trigo Ferreira	Titular	Presente	
	P. M. de Campinas	Jonas Donizette Ferreira	Suplente	Presente	p/ Paulo S. Tinel
		Rogério Menezes	Suplente	Presente	
08	P.M. de Saltinho	Carlos Alberto Lisi	Titular	Ausente	
		Ariella Machado de Oliveira Montebello (Secretária da CT-SA)	Titular	Presente	
	P. M. de Cabreúva	Henrique Martin	Suplente	Ausente	
		Rosimeire Rabelo Santos Timporim	Suplente	Ausente	
09	P. M. de São Pedro	Hélio Donizete Zanatta	Titular	Ausente	
		Thiago Silvério da Silva	Titular	Presente	
	P.M. de Santa Maria da Serra	Narciso Benedito Bistafa	Suplente	Ausente	
		Persão Magossi	Suplente	Presente	
10	P. M. de Itatiba	Douglas Augusto Pinheiro de Oliveira	Titular	Ausente	
		José Roberto Fumach	Titular	Presente	
	P. M. de Atibaia	Saulo Pedroso de Souza	Suplente	Ausente	
		Fabiane Cabral da Costa Santiago	Suplente	Justificou	
11	P. M. de Holambra	Fernando Fiori de Godoy	Titular	Ausente	
		Petrus Bartholomeus Weel	Titular	Presente	
	P. M. de Amparo	Luiz Oscar Vitale Jacob	Suplente	Ausente	
		Laura Petri Geraldino	Suplente	Ausente	
12	P. M. de Toledo	Édio Donizeti Leme	Titular	Ausente	
		Damião Aparecido do Couto	Titular	Presente	
	P. M. de Camanducaia	Edmar Cassalho Moreira Dias	Suplente	Ausente	
		Ariane Cristina da Silva	Suplente	Ausente	
13	ASSEMAE	Hugo Marcos Piffer Leme	Titular	Presente	
		Paulo Roberto S. Tinel (Coordenador-adjunto da CT-MH)	Suplente	Presente	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 75ª Reunião Ordinária da CT-PL
CEA/UNESP – Rio Claro/SP – 05/07/2019 – 9h30min

14	SABESP	Antônio Carlos Teixeira	Titular	Justificou	
		Maurício Polezi	Titular	Presente	p/ Ane G. Machion
	ABCON	Ana Paula Fernandes Abrahão	Suplente	Presente	
		Ricardo Miranda Barcia Filho	Suplente	Presente	
15	FIESP	Alexandre Luis Almeida Vilella (Coordenador da CT-MH)	Titular	Presente	
	UNICA	André Elia Neto	Suplente	Presente	
16	CIESP – DR Limeira	Jonas Vitti	Titular	Justificou	
	CIESP – DR Bragança Paulista	Michele Consolmagno	Suplente	Presente	
17	Sindicato Rural de Campinas	Luis Fernando Amaral Binda	Titular	Justificou	
	Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi (Coordenador da CT-Rural)	Suplente	Presente	
18	FIEMG	Laene Fonseca Vilas Boas	Titular	Presente	
		Heloísa Bertoli	Titular	Ausente	
	COPASA	Cristiane Godoy de Salles	Suplente	Presente	p/ Waldir de Souza
19	Consórcio PCJ	Francisco Carlos Castro Lahóz	Titular	Presente	
		Jussara Cordeiro Santos	Titular	Ausente	
	INEVAT	Francisco Antonio Moschini	Suplente	Presente	
20	AAMHOR	Miguel Madalena Milinski	Titular	Presente	
		Gilda Carneiro Ferreira	Titular	Ausente	
	IPSA-C	Waldemar Bóbbio	Suplente	Presente	
21	Rotary International - D4590	Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi (Coordenador-adjunto da CT-ID)	Titular	Presente	
	Fórum das Américas	Rodrigo Hajjar Francisco	Suplente	Presente	
22	ABES-SP	Luís Eduardo Gregolin Grisotto (Coordenador-adjunto da CT-SA)	Titular	Justificou	
	AEJ	Luiz Carlos Piccione	Suplente	Presente	
23	IPE	Andrea Pupo Bartazini	Titular	Presente	
	Mackenzie (Campinas)	Rosani Franco de Faria Novaes	Suplente	Justificou	
		Luciano de Assis	Suplente	Ausente	
24	BIOSS	Sidney José da Rosa	Titular	Presentes	
	Circuito Serras Verdes	Aguardando indicação	Suplente	Ausente	

Membros sem direito a voto				
Representação	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação
CT-AS	IG	Sibeles Ezaki	Coordenadora	Justificado
	DAEE	Júlia Octaviano Noale	Secretária	Presente
CT-ID	EESC/USP	Tadeu Fabrício Malheiros	Coordenador	Presente
CT-Indústria	CIESP DR Campinas	Jorge Antonio Mercanti	Coordenador	Justificado
	CIESP DR Campinas	Jorge Marino Galgaro	Coordenador-adjunto	Justificado
CT-MH	SANASA	Luís Filipe Rodrigues	Secretário	Presente
CT-PB	SORIDEMA	Raquel Eliana Metzner	Secretária	Presente
CT-RN	IZ	João José A. de Abreu Demarchi	Coordenador	Presente
	INEVAT	Claudia Grabher	Secretária	Justificado
CT-SA	FT/Unicamp	Maria Aparecida Carvalho de Medeiros	Coordenadora	Justificado
CT-SAM	IPSA	Dilza Aparecida Nalin de Oliveira Leite	Secretária	Presente

Demais presentes	
Sigla da Entidade	Representante
Fundação Agência das Bacias PCJ	Sergio Razera (Diretor-presidente)
	Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi (Diretora Técnica)
	Ivens de Oliveira (Diretor Administrativo e Financeiro)
	Eduardo Cuoco Léo

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 75ª Reunião Ordinária da CT-PL

CEA/UNESP – Rio Claro/SP – 05/07/2019 – 9h30min

	Elaine Franco de Campos
	Aline Doria de Santi
	Thais Aparecida Manoel
	Danilo Carlos Ferreira Costa
	Karla Romão
	Lívia Maria Ongaro Modolo
	Kaique Duarte Barretto
	Rodolfo Bassani
	Rebeca Cristine Ferreira da Silva
DAAE Rio Claro	Ricardo Pires de Oliveira
DAE Jundiaí	Bruno José de A. Teixeira
DAE Santa Bárbara d'Oeste	Célia Maria Campos
DAEE	Viviane Arantes
Rotary Club de Rio Claro "Cidade Azul"	Dejanira de Franceschi de Angelis

5 **1. Pauta e abertura:** A convocação e a pauta da reunião foram enviadas aos membros da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) por meio de mensagem eletrônica em 28/06/19. A abertura da
10 reunião foi realizada pelo Sr. Luiz Roberto Moretti, Coordenador da CT-PL e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, cumprimentou a todos e agradeceu ao Centro de Estudos Ambientais da
15 Universidade Estadual Paulista – CEA/UNESP pela cessão do espaço. **2. Informes: 2.1. da Secretaria Executiva:** O Sr. Moretti informou que: **a)** Em 18/07/19, será realizada a reunião de renovação e posse das 11 (onze) Câmaras Técnicas (CTs) temáticas dos
20 Comitês PCJ para o mandato 2019-2021, na Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba – FUMEP, em Piracicaba/SP. Além da posse dos membros representantes de entidades nas CTs, na reunião também serão realizadas: a composição da
25 coordenação (Coordenador, Coordenador-adjunto e Secretário) que conduzirá os trabalhos durante o mandato 2019-2021; a composição dos grupos técnicos; orientações de boas-vindas aos membros sobre o funcionamento dos Comitês PCJ (plenários e CTs) e outros assuntos pertinentes; **b)** Convidou a
30 todos para participarem da 19ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, prevista para 26/07/19, no Centro Cultural e Recreativo “Deputado João Hermann Neto”, em Saltinho/SP, na qual serão deliberadas pelos plenários as pautas analisadas durante a reunião conjunta extraordinária da Câmara Técnica de Plano de
35 Bacias (CT-PB) e da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) e a presente reunião ordinária da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL); **c)** Parabenizou a Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA) dos Comitês PCJ pela realização, no dia 04/07/19, do “4º Simpósio da Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA-PCJ) – Impactos de Compostos Emergentes e Subprodutos nas

Bacias dos Rios PCJ: Tecnologias Sustentáveis disponíveis para o tratamento”, realizado na Faculdade de Tecnologia da Universidade Estadual de Campinas (FT-UNICAMP) em Limeira/SP. O simpósio contou com uma série de palestras sobre estudos de casos relacionados à temática do tratamento de esgotos e saneamento, ministradas por especialistas da área, com
40 espaço aberto ao público para perguntas e manifestações; **d)** Objetivando debater com a comunidade regional as ações que estarão contidas nos processos de planejamento e de desenvolvimento ora em implementação pelo Governo do Estado de São
45 Paulo, e ainda, em observância ao que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020, a Secretaria da Fazenda e Planejamento, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Regional, realizarão audiências
50 públicas para a elaboração do Plano Plurianual – PPA 2020-2023 e do Projeto de Lei Orçamentária Anual – LOA 2020 nas Regiões Administrativas do Estado de São Paulo. Para a região que mais se aproxima do recorte territorial das Bacias PCJ (Região
55 Administrativa de Campinas/SP), a audiência está prevista para o dia 02/08/19, no auditório da Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS), antiga Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), em Campinas/SP. Mais informações
60 podem ser obtidas nas páginas eletrônicas: www.planejamento.sp.gov.br; www.fazenda.sp.gov.br e www.saopaulo.sp.gov.br. **2.2. da Agência das Bacias PCJ:** O Sr. Moretti passou a palavra à Srª. Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi, Diretora Técnica da
65 Agência das Bacias PCJ, que informou que: **a)** Em 10/06/2019, a Agência das Bacias PCJ e a empresa Serg. Paulista Construções e Serviços Técnicos Ltda assinaram o Contrato nº 017/2019 e a emissão de serviço para realização da limpeza da calha do Rio

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 75ª Reunião Ordinária da CT-PL

CEA/UNESP – Rio Claro/SP – 05/07/2019 – 9h30min

- 75 Atibainha, com início operacional previsto para julho de 2019. Durante a 195ª Reunião Ordinária de Câmara Técnica de Monitoramento (CT-MH), realizada em 03/07/19, em Campinas/SP, a empresa contratada realizou uma apresentação sobre o início dos trabalhos.
- 80 O plano de trabalho, atualmente em fase de aprovação, será analisado pela equipe técnica da Agência das Bacias PCJ, juntamente com o Grupo de Acompanhamento Limpeza da Calha do Rio Atibainha, criado no âmbito da CT-MH para acompanhar os trabalhos e verificar o cumprimento das ações determinadas no termo de referência licitado. O prazo de execução está previsto para 5 (cinco) meses. Mais informações estão disponíveis no site da Agência das Bacias PCJ; **b)** Foi contratada empresa para dar apoio às atividades técnicas e administrativas do CBH-PJ1, bem como para prestar apoio no deslocamento dos membros do comitê mineiro em reuniões dos Comitês PCJ. A empresa vencedora do processo licitatório para contratação de empresa gerenciadora que prestará de serviços de assessoria técnica para apoio das atividades do CBH-PJ1 é a “Novaes Engenharia”, que será responsável pela contratação de dois profissionais. Para o apoio no fretamento de transporte executivo, atendendo a demanda de locomoção dos membros do CBH-PJ1 para as reuniões ordinárias, extraordinárias e de câmaras técnicas, foi contratada a empresa “Apoio Car”. Durante a 2ª Reunião Extraordinária do CBH-PJ1, prevista para o dia 11/07/19, será realizada a assinatura dos contratos, em Camanducaia/MG; **c)** Ainda durante a reunião do CBH-PJ1, prevista para o dia 11/07/19, em Camanducaia/MG, será entregue à prefeitura de Camanducaia/MG o estudo de viabilidade da instalação de um reservatório para contenção de enchentes no município e o anteprojeto no ribeirão Campestre, realizados pela Hidrostudio Engenharia, com duração de 10 meses. Dentro do Plano de Ação, o segundo passo do processo prevê a execução do projeto executivo – que inclui o detalhamento das etapas para a realização da obra, como cálculos estruturais, fundação, licenciamento e outorga – com início previsto para o último trimestre de 2019. Mais informações encontram-se disponíveis no site da Agência das Bacias PCJ. Na sequência, o Sr. Moretti passou a palavra ao Sr. Eduardo Cuoco Leo, Coordenador de Sistemas de Informações da Agência das Bacias PCJ, que informou que: **d)** Em 12/06/19, durante a 12ª Reunião Ordinária do GT-Acompanhamento (CT-PB) foram retomadas as discussões relacionadas ao Plano de Bacias das Bacias PCJ. Nesse sentido, serão realizadas no final de agosto reuniões intercâmaras, com a participação de membros das 11 (onze) Câmaras Técnicas temáticas dos Comitês PCJ, com vistas à discussão dos cadernos temáticos que compõe o Plano das Bacias; **e)** Será elaborado um Sumário Executivo contemplando a porção mineira das Bacias PCJ, o qual integrará o conjunto dos produtos da revisão do Plano de Bacias. A pauta será discutida durante a 2ª Reunião Extraordinária do CBH-PJ1, em Camanducaia/MG; **f)** Está prevista a construção de 2 (duas) estações de monitoramento automático da qualidade da água, em parceria com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), assunto que vem sendo tratado no âmbito da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH). Foram propostos pelo GT-Qualidade, da CT-MH, 12 (doze) locais prioritários para instalação de estações de monitoramento, sendo, no momento, contemplada, face ao montante de recursos disponibilizados, a instalação de uma no município de Atibaia/SP e outra em Bragança Paulista/SP; **2.3. da Diretoria do CBH-PJ1:** O Sr. Sidney José da Rosa, Secretário-executivo do CBH-PJ1, informou que: **a)** Com intuito de reduzir gastos do orçamento, o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) está realizando um estudo de viabilidade para redução do número de Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) no Estado de Minas Gerais. Durante a visita do Governador do Estado, o Exmo. Sr. Romeu Zema, à região do CBH-PJ1, que compreende a UGPRH-PJ01 (Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos – Piracicaba-Jaguari), localizada no sul de Minas Gerais, a Diretoria do CBH-PJ1 recomendou ao Governador especial atenção quanto a esta reformulação, tendo em vista que a mesma sugere reduzir de 36 (trinta e seis) para 14 (quatorze) a quantidade de CBHs mineiros. Com a mudança, o CBH-PJ1 corre o risco de ser incorporado à bacia do Rio Grande, o que poderá demandar a criação de uma agência de bacias para gerir esta nova Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos (UPGRH). O assunto aguarda mais informações e discussões, a serem acompanhadas pelos Comitês PCJ; **b)** Está em fase final de licenciamento e obtenção de outorga de direito de uso de recursos hídricos, o empreendimento denominado “Central Geradora Hidrelétrica – CGH Camanducaia”, destinado à geração hidrelétrica, a ser instalado em Camanducaia/MG. O empreendimento será instalado em curso d’água de domínio da União (Rio Camanducaia), em proximidade ao período urbano do município. O Sr. Sidney solicitou o apoio das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, em particular da CT-PL, para apoio no acompanhamento dessa questão, sendo sugerido, após manifestações dos presentes, um maior levantamento de informações acerca do empreendimento em questão, para que possam ser

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 75ª Reunião Ordinária da CT-PL

CEA/UNESP – Rio Claro/SP – 05/07/2019 – 9h30min

- consultados os órgãos responsáveis pelo licenciamento ambiental estadual (SUPRAM – Superintendência Regional de Meio Ambiente) e pela outorga de uso de recursos hídricos (ANA – Agência Nacional das Águas). 2.4) dos Membros dos Comitês. O Sr. Rodrigo Hajjar, representante do Fórum das Américas, prestou seus agradecimentos às entidades pertencentes ao Segmento “Organizações Cívicas”, pela colaboração durante o Processo Eleitoral dos Comitês PCJ, tendo em vista o remanejamento de vagas necessário para alocação das entidades inscritas na reabertura do Processo Eleitoral, após alteração do Estatuto do CBH-PCJ. O Sr. Moretti lembrou que as entidades que não conseguiram compor o plenário para o exercício do mandato 2019-2021, podem indicar representantes para compor as Câmaras Técnicas temáticas ao longo do mandato, tendo em vista que estas discutem, dentro de seu âmbito de atuação, as demandas a serem posteriormente apreciadas pela CT-PL e deliberadas pelo plenário. 3. Apreciação da Ata da 51ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), realizada no Consórcio PCJ, em Americana/SP, em 12/04/2019: O Sr. Moretti questionou os membros sobre a necessidade de leitura da ata. A leitura foi dispensada por unanimidade e o Sr. Moretti abriu espaço para manifestações sobre o conteúdo. Não havendo manifestações, o conteúdo da ata foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade. 4. Calendário de reuniões da CT-PL para o biênio 2019-2021: Tendo em vista o início do mandato 2019-2021, após a eleição dos representantes dos plenários dos Comitês PCJ e da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), durante a 23ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, em 28/06/19, em Piracicaba/SP, o Sr. Moretti solicitou o apoio dos membros da CT-PL presentes para a definição da agenda de reuniões ordinárias para os anos de 2019, 2020 e 2021, bem como a disponibilização dos respectivos locais onde serão realizadas. Aprovou-se por unanimidade que as reuniões ordinárias serão bimestrais, na primeira sexta-feira de cada mês e nos seguintes locais: 76ª Reunião Ordinária, dia 06 de setembro de 2019, no Centro de Conhecimento das Águas (CCA/SANASA) – Campinas/SP; 77ª Reunião Ordinária, dia 13 de novembro de 2019, no Consórcio PCJ – Americana/SP; 78ª Reunião Ordinária, dia 06 de março de 2020, na Cooperativa Agropecuária de Insumos – Holambra/SP; 79ª Reunião Ordinária, dia 08 de maio de 2020, no Instituto de Zootecnia – Nova Odessa/SP; 80ª Reunião Ordinária, dia 03 de julho de 2020, no Instituto de Estudos de Florestas (IEF) – Camanducaia/MG; 81ª Reunião Ordinária, dia 04 de setembro de 2020, no Centro Cultural e Recreativo “Deputado João Hermann Neto” – Saltinho/SP; 82ª Reunião Ordinária, dia 06 de novembro de 2020, na Prefeitura Municipal – Limeira/SP; 83ª Reunião Ordinária, dia 05 de março de 2021, no Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, Diretoria Regional de Jundiaí (CIESP DR Jundiaí) – Jundiaí/SP e 84ª Reunião Ordinária, dia 07 de maio de 2021 no Centro de Conhecimento das Águas (CCA/SANASA) – Campinas/SP. Todas essas informações estarão disponíveis para consulta na Agenda dos Comitês PCJ (www.comitespcj.org.br). 5. Constituição de grupo técnico para discutir o Regimento Interno da CTs: O Sr. Moretti informou que, de acordo com a Deliberação dos Comitês PCJ nº 039/09, de 28/08/09, que aprova a revisão das Normas Gerais para criação e funcionamento das Câmaras Técnicas, é prevista entre as atribuições gerais das Câmaras Técnicas, a possibilidade de elaboração de um Regimento Interno, o qual deve ser aprovado pelo plenário dos Comitês PCJ. Mediante o atual estágio de desenvolvimento e a complexidades das atividades exercidas, a Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos Recursos Naturais (CT-RN) identificou a necessidade de criação de um Regimento Interno, e elaborou, em caráter pioneiro, uma proposta para a CT-RN, em observância às Normas Gerais para Funcionamento das Câmaras Técnicas estabelecidas pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 039/09, de 28/08/09. A proposta foi debatida e discutida pelos membros da CT-RN, sendo aprovada em sua 89ª Reunião Ordinária, realizada em Indaiatuba/SP, em 05/07/19. A proposta foi encaminhada à Secretaria Executiva dos Comitês PCJ por meio do Ofício CT-RN nº 10/2019, para a devida análise e posterior encaminhamento à Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL). Tendo em vista a qualidade do conteúdo proposto pela CT-RN, a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ entendeu que poderia ser estendida, para as demais Câmaras Técnicas, a proposta de criação de um Regimento Interno das Câmaras Técnicas, como forma de uniformizar os procedimentos, observando as especificidades de cada CT. Para tanto, apresentou a proposta inicial de criação de um grupo de trabalho, preferencialmente composto pelas Coordenações das CTs, para condução e elaboração de uma proposta de regimento geral, a ser posteriormente encaminhado para análise e aprovação pelos plenários dos Comitês PCJ. O Sr. Moretti passou a palavra para o Sr. João José Assumpção de Abreu Demarchi, que teceu breves considerações sobre os principais aspectos que motivaram a criação do Regimento pela CT-RN, como o fortalecimento dos grupos técnicos; a futura necessidade de criação de regimento interno para os mesmos; adequações

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 75ª Reunião Ordinária da CT-PL

CEA/UNESP – Rio Claro/SP – 05/07/2019 – 9h30min

pontuais para atendimento às normas previstas na Deliberação 039/09; regras para a expulsão de membros com excesso de ausências, atualizadas pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 115/11, de 28/06/11; dentre outras motivações. Após a exposição, o Sr. Moretti abriu a palavra aos membros para manifestações quanto a proposta de criação de um Regimento Interno no âmbito das Câmaras Técnicas. Após diversas manifestações dos presentes, foi acordada entre os membros da CT-PL a proposta de criação de um grupo técnico (denominado GT-Regimento Interno) de caráter transitório, criado especificamente para a discussão e a elaboração do regimento interno das Câmaras Técnicas, a qual deverá ser apresentado à Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) para análise e posterior encaminhamento aos plenários. O grupo será composto pelas coordenações das 11 Câmaras Técnicas eleitas após a reunião de renovação e posse das Câmaras Técnicas, a ser realizada no dia 18/07/19, em Piracicaba/SP. A coordenação do GT ficou a cargo do Coordenador da CT-PL e Secretário-executivo dos Comitês PCJ e do Secretário-executivo Adjunto do CBH-PCJ, dessa forma abrangendo as 12 Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ. Não havendo outras manifestações, o Sr. Moretti colocou a proposta em votação pelos membros, sendo aprovada por unanimidade.

6. Apreciação do relatório sobre a execução das ações previstas no Plano de Aplicação Plurianual (PAP-PCJ) 2017-2020 e deliberação sobre a atualização do PAP 2017-2020: O Sr. Moretti lembrou que foi aprovado em 2016, como uma das metas do Contrato de Gestão celebrado entre a Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Agência das Bacias PCJ e a Agência Nacional de Águas – ANA, por meio da Deliberação dos Comitês PCJ nº 258/2016, o Plano de Aplicação Plurianual dos recursos financeiros arrecadados com a cobrança federal pelo uso dos recursos hídricos nas Bacias PCJ (PAP-PCJ) para o período 2017 a 2020. O PAP-PCJ 2017-2020 contém programas e subprogramas do Plano de Bacias 2010-2020, priorizados pelos Comitês PCJ como parte das ações passíveis de serem financiadas, com o intuito de alcançar as metas intermediárias constantes do Plano das Bacias PCJ 2010-2020, além da estimativa da disponibilidade de recursos financeiros para aplicação em cada um dos programas, considerando tais ações como demandas priorizadas. Todas as ações priorizadas no PAP-PCJ 2017-2020 têm sua contratação como uma responsabilidade da Agência das Bacias PCJ, a qual possui também a responsabilidade de atualizar os valores das ações previstas, de acordo com os valores contratados anualmente, propor o remanejamento de saldos não utilizados para outras ações contratadas e constantes no PAP-PCJ 2017-2020, propor a inclusão ou exclusão de ações com base em demandas futuras e na efetiva arrecadação de recursos da Cobrança Federal PCJ, dentre outras ações estabelecidas na Deliberação dos Comitês PCJ nº 258/2016, de 16/12/16. Os termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 258/2016 também delegam à Câmara Técnica de Plano de Bacias (CT-PB), por meio do seu Grupo de Acompanhamento do Plano (GT-Acompanhamento), a função de acompanhar a execução das ações previstas no PAP-PCJ 2017-2020 a serem implementadas pela Agência das Bacias PCJ. Dessa forma, a Agência das Bacias PCJ, por meio do Ofício Agência das Bacias PCJ nº 098/2019, de 25/03/19, encaminhou à Coordenação da CT-PB, para apreciação e manifestação da CT, o relatório de avaliação das ações contratadas em 2018, referentes ao PAP-PCJ 2017-2020, bem como cronograma com propostas de remanejamento de saldo para os exercícios de 2019 e 2020, em função dos valores já contratados. A Câmara Técnica de Plano de Bacias (CT-PB), em sua 80ª Reunião Ordinária, realizada em 24/04/19, em Indaiatuba/SP, apreciou e aprovou por unanimidade, sem alterações, o Relatório de Execução 2018 e a programação para 2019 e 2020, encaminhando os referidos documentos para a apreciação da Câmara Técnica de Planejamento. Após as exposições iniciais, o Sr. Moretti passou a palavra para o Sr. Ivens de Oliveira, Diretor Administrativo e Financeiro da Agência das Bacias PCJ, que prosseguiu apresentando mais informações sobre o conteúdo do PAP-PCJ 2017-2020. O Sr. Ivens percorreu sobre a execução do PAP-PCJ 2017-2020, especificamente sobre o exercício 2018 e a proposta de remanejamento de valores para programas e ações para 2019, salientando se tratarem de ações contratadas com recursos exclusivamente provenientes da Cobrança PCJ Federal. Foram apresentados os principais aspectos relacionados à estimativa de arrecadação e rendimentos de aplicações financeiras no período de 2017-2020 e os valores disponíveis para “investimento e contratações” e “custeio administrativo”. Informou que o total de recursos estimados para o período de 2017-2020 compreende R\$ 98.673.307,48 (noventa e oito milhões e seiscentos e setenta e três mil e trezentos e sete reais e quarenta e oito centavos), dos quais R\$ 91.272.809,62 (noventa e um milhões e duzentos e setenta e dois mil e oitocentos e nove reais e sessenta e dois centavos) são disponíveis para investimento e R\$ 7.400.497,86 (sete milhões e quatrocentos mil e quatrocentos e noventa e sete reais e oitenta e seis centavos) para custeio. Para os anos de 2017-2018, dos

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 75ª Reunião Ordinária da CT-PL

CEA/UNESP – Rio Claro/SP – 05/07/2019 – 9h30min

R\$ 60.565.427,39 (sessenta milhões e quinhentos e sessenta e cinco mil e quatrocentos e vinte e sete reais e trinta e nove centavos) disponíveis para investimento, foram contratados R\$ 52.031.204,02 (cinquenta e dois milhões e trinta e um mil e duzentos e quatro reais e dois centavos), representando 85% (oitenta e cinco por cento). Essas contratações no período 2017-2018 estão distribuídas por grupo nas seguintes categorias: “Recuperação da qualidade dos corpos d’água” (28%); “Programa de uso racional de água” (27%); “Secretaria Executiva dos Comitês PCJ” (11%); “Sistemas de Informações” (10%); “Cadastros e Outorgas” (9%) e “Demais contratações” (15% - divididos em sete programas do PAP). Também foram especificadas por grupo as contratações referentes ao exercício de 2018, as quais totalizaram R\$ R\$ 24.186.294,20 (vinte e quatro milhões e cento e oitenta e seis mil e duzentos e noventa e quatro reais e vinte centavos), destacando-se “Recuperação da qualidade dos corpos d’água” (R\$ 8.770.494,45), grupo com maior investimento no exercício. Foram apresentados os principais projetos contratados em 2018 por demanda das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, destacando-se: 15 (quinze) matrículas no curso de especialização (pós-graduação Lato Sensu) “Gestão de Recursos Hídricos e Gerenciamento de Áreas Contaminadas”, destinadas a membros das Câmaras Técnicas, em parceria com a UNESP de Rio Claro, e contratação de empresa para elaboração do Plano de Monitoramento Qualiquantitativo das Águas Subterrâneas das Bacias PCJ, atendendo a demanda da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CT-AS); contratação do Sistema Meteorológico do Paraná (SIMEPAR) para prestação de serviços para emissão de boletins de previsão do tempo e preparação de modelo para previsão hidro meteorológica com determinação de vazões prováveis em postos de monitoramento das Bacias PCJ, atendendo a demanda da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH); Elaboração de Plano Diretor de Macrodrenagem da Bacia Hidrográfica do Rio Jundiá, previsto no plano de trabalho da Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA), dentre outros projetos. Tendo em vista os recursos do PAP que não foram utilizados podem ser remanejados para compor o saldo do próximo PAP, houve uma atualização dos valores do PAP 2017-2020, compreendendo um saldo total de R\$ 115.893.505,34 (cento e quinze milhões e oitocentos e noventa e três mil e quinhentos e cinco reais e trinta e quatro centavos), referentes a R\$ 91.272.809,62 (noventa e um milhões e duzentos e setenta e dois mil e oitocentos e nove reais e sessenta e dois centavos) disponíveis para investimento, provenientes da Cobrança PCJ

Federal e originalmente previstos para o período 2017-2020, além do saldo remanejado do PAP 2013-2016 de R\$ 16.837.617,77 (dezesseis milhões e oitocentos e trinta e sete mil e seiscentos e dezessete reais e setenta e sete centavos) referente a valores que não foram contratados no período 2013-2016, e uma sobra de recursos de “Demanda Espontânea” de R\$ 7.783.077,95 (sete milhões e setecentos e oitenta e três mil e setenta e sete reais e noventa e cinco centavos) referentes a projetos que ou foram cancelados ou tiveram licitação não realizada por parte do tomador. Esses recursos remanejados do PAP 2013-2016 foram apresentados em 2017 na CT-PB e CT-PL e passaram a incorporar o PAP 2017-2020. Foram apresentados os investimentos separados em grupos – o valor em 2018 e o valor atualizado em 2019 (acrescidos, suprimidos, mantidos ou cancelados) – bem como as respectivas justificativas, totalizando um remanejamento de R\$ 26.998.920,36 (vinte e seis milhões e novecentos e noventa e oito mil e novecentos e vinte reais e trinta e seis centavos), que representa 23,3% do total do PAP PCJ 2017-2020. Dos investimentos apresentados destacam-se três novas ações: i) “Macrodrenagem e desassoreamento do Rio Camanducaia” no valor de R\$ 310.000,00 (trezentos e dez mil reais), Grupo VIII – Macrodrenagem e desassoreamento, Ação 5; ii) “Estudo de Benchmarking para perdas no sistema de abastecimento público e utilização de software de gestão e cadastro técnico”, no valor de R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais), Grupo IX – Planos Diretores e estudos, Ação 10; e iii) “Estudo de Educação Ambiental” no valor de R\$ 317.500,00 (trezentos e dezessete mil e quinhentos reais), Grupo XII – Apoio à gestão e fortalecimento do Comitê Piracicaba e Jaguari – CBH-PJ1, Ação 10. O Sr. Ivens seguiu apresentando outras considerações acerca da evolução da arrecadação, contratação e desembolso, relacionando ao cumprimento das metas do Contrato de Gestão firmado com a Agência Nacional das Águas – ANA. Mais informações sobre as contratações realizadas pela Agência das Bacias PCJ estão disponíveis no site (<http://www.agencia.baciaspcj.org.br/novo/index.php>), na aba “Transparência”. O Sr. Moretti salientou que, por meio da Deliberação dos Comitês PCJ nº 258/016 de 16/12/16, a Câmara de Planejamento (CT-PL) deve aprovar propostas da Agência das Bacias PCJ com valores superiores a 10% (dez por cento) e que não ultrapassem 25% (vinte e cinco por cento) do montante de aplicação. Tendo em vista o valor de 23% (vinte e três por cento) de remanejamento apresentado, não é necessária a aprovação pelo plenário, sendo a aprovação da CT-PL suficiente. Diante do exposto, o

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 75ª Reunião Ordinária da CT-PL

CEA/UNESP – Rio Claro/SP – 05/07/2019 – 9h30min

500 Sr. Moretti abriu a palavra aos membros para manifestações, e não havendo, submeteu a proposta de balanço do exercício de 2018 e remanejamento de saldos para o exercício de 2019 e 2020 do Plano de Aplicação Plurianual – PAP-PCJ 2017-2020 para votação, sendo esta aprovada por unanimidade. 7.

505 **Apreciação de minuta de Deliberação dos Comitês PCJ que “Indica empreendimentos para financiamento com recursos oriundos das cobranças pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União e do Estado de São Paulo, localizados nas Bacias PCJ – Cobranças PCJ e da Compensação Financeira/Royalties do setor hidroelétrico, referentes ao exercício de 2019 e dá outras providências”:** O Sr. Moretti lembrou os termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 297/18, de 28/06/2018, e seus Anexos I a VII, que definiram, dentre outros itens, os critérios gerais e específicos, o cronograma de atividades e as ações passíveis de obtenção de financiamento com recursos da Compensação Financeira/Royalties do setor hidroelétrico e das Cobranças PCJ - exercício 2019. Relatou sobre a ampla divulgação do processo de inscrição, e o fato de terem sido realizados, pela equipe da Fundação Agência das Bacias PCJ, plantões para esclarecimentos de dúvidas sobre as condições de acesso aos documentos e o seu preenchimento. A seguir, explicou que o edital prevê recursos para projetos que atendam às ações e temáticas incluídas nos Programas de Duração Continuada (PDCs) do Plano das Bacias PCJ vigente, a fim de atender ao Decreto nº 61.430, de 17/08/15, e às metas para efetivação do enquadramento dos corpos d’água das Bacias PCJ. Os PDCs foram alocados em grupos, sendo: Grupo I – PDC 1: Bases Técnicas em Recursos Hídricos – SubPDC 1.2: Apoio ao planejamento e gestão de recursos hídricos, somente para Plano Municipal de Saneamento Básico e Plano Diretor de Combate às Perdas; Grupo II – PDC 3: Melhoria e Recuperação da Qualidade das Águas – SubPDC 3.1: Sistema de esgotamento sanitário; e Grupo III – PDC 5: Gestão da Demanda de Água – SubPDC 5.1: Controle de perdas em sistemas de abastecimento de água. A priorização dos municípios para a captação de recursos na modalidade “Demanda Priorizada” foi definida no Relatório Final da Etapa I da Revisão do Plano das Bacias PCJ 2010-2020, sendo elencados municípios para o desenvolvimento de ações de controle de poluição e combate a perdas hídricas. Os municípios não priorizados puderam participar do processo na modalidade “Demanda Espontânea”. Informou que foram recebidas, entre 06 e 08/11/18, na sede da Agência das Bacias PCJ, inscrições de projetos

para financiamento nas modalidades “não reembolsável” e “reembolsável”, destinados à obtenção de recursos financeiros da quota-parte do CBH-PCJ relativa à compensação financeira/royalties e das Cobranças PCJ, orçamentos de 2019 e 2020, segundo cronograma e regras definidas pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 297/2018, de 28/06/18. Após o processo de pré-qualificação, os empreendimentos inscritos foram analisados, no período de 09/11/18 a 08/02/19, pela Agência das Bacias PCJ, órgãos licenciadores e outorgantes e pela Câmara Técnica de Saneamento (CT - SA) dos Comitês PCJ, com divulgação de resultados no site da Agência das Bacias PCJ, em 13/02/19. Os empreendimentos deferidos passaram por um período de avaliação dos projetos e orçamentos, de 04/03/19 a 17/05/19, seguido de análise de pontuação, de 20/05/19 a 24/05/19, sendo por fim realizada a Emissão de Declaração de Adequação Técnica e Financeira e a divulgação da classificação dos empreendimentos que obtiveram a Declaração de Adequação Técnica e Financeira em ordem decrescente de pontuação recebida, em 24/05/19. O Sr. Moretti passou a palavra para a Srª. Elaine Franco de Campos, Coordenadora de Projetos da Agência das Bacias PCJ, que apresentou a relação de empreendimentos deferidos e indeferidos nas diversas fases de hierarquização dos projetos para indicação para financiamento no exercício 2019-2020 (pré-análise de documentos; análise de enquadramento pelas Câmaras Técnicas; análise técnica e verificação de documentos). A Srª. Elaine informou que dos 28 (vinte e oito) empreendimentos inscritos como “Demanda Priorizada” no processo de pré-qualificação, sendo 07 (sete) do PDC 3 e 21 (vinte e um) do PDC 5, 06 (seis) foram indeferidos, não se enquadrando nos critérios de seleção de projetos estabelecidos na Deliberação dos Comitês PCJ nº 297/18. Foram considerados aptos a captar os recursos 22 (vinte e dois) empreendimentos de “Demanda Priorizada” pré-qualificados, os quais prosseguiram no processo de pré-qualificação, com os ajustes solicitados pelas Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, sendo 6 (seis) do PDC 3 e 16 (dezesesseis) do PDC 5, somando um valor global total de R\$ 109.029.548,49 (Cento e nove milhões e vinte e nove mil e quinhentos e quarenta e oito reais e quarenta e nove centavos) nesta categoria. Dos 10 (dez) empreendimentos inscritos como “Demanda Espontânea” no processo de pré-qualificação, sendo 9 (nove) do PDC 3 e 1 do PDC 5, 02 (dois) foram indeferidos, não se enquadrando nos critérios de seleção de projetos estabelecidos na Deliberação dos Comitês PCJ nº 297/18 ou considerando beneficiários de tais recursos, restando

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 75ª Reunião Ordinária da CT-PL

CEA/UNESP – Rio Claro/SP – 05/07/2019 – 9h30min

- 605 08 (oito) empreendimentos de “Demanda Espontânea”
que foram pré-qualificados e prosseguiram no processo
de pré-qualificação, atendendo aos ajustes solicitados
pelas Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, sendo 7
610 (sete) do PDC 3 e 1 (um) do PDC 5, somando um valor
global total de R\$ 15.838.899,92 (quinze milhões e
oitocentos e trinta e oito mil e oitocentos e noventa e
nove reais e noventa e dois centavos). Dos 22 (vinte e
dois) empreendimentos pré-qualificados de “Demanda
Priorizada”, após as complementações solicitadas pela
615 Agência das Bacias PCJ, Câmaras Técnicas dos
Comitês PCJ e órgãos licenciador e outorgante, apenas
19 (dezenove) empreendimentos se inscreveram para o
processo definitivo de seleção ficando, portanto, como
suplentes na “Demanda Priorizada” 03 (três)
620 empreendimentos. Dos 08 (oito) empreendimentos pré-
qualificados de “Demanda Espontânea”, após as
complementações solicitadas pela Agência das Bacias
PCJ, câmaras técnicas dos Comitês PCJ e órgãos
licenciador e outorgante, apenas 05 (cinco)
625 empreendimentos se inscreveram para o processo
definitivo de seleção. Salientou que poderão ser
indicados pelos Comitês PCJ 09 (nove)
empreendimentos de demanda priorizada, de acordo
com a disponibilidade de recursos financeiros. Desses
630 24 (vinte e quatro) empreendimentos pré-qualificados,
inscritos no processo definitivo de seleção, havia
recursos disponíveis para atender a 9 (nove)
empreendimentos, de acordo com as categorias de
recurso a saber: a) Compensação Royalties: 01 (um)
635 empreendimento, com valor pleiteado de R\$
6.320.352,04 (seis milhões e trezentos e vinte mil e
trezentos e cinquenta e dois reais e quatro centavos),
contrapartida de R\$ 486.064,58 (quatrocentos e oitenta
e seis mil e sessenta e quatro reais e cinquenta e oito
centavos), totalizando R\$ 6.806.416,62 (seis milhões e
640 oitocentos e seis mil e quatrocentos e dezesseis reais e
sessenta e dois centavos); b) Cobrança Paulista: 05
(cinco) empreendimentos, com valor pleiteado de
19.653.712,16 (dezenove milhões e seiscentos e
cinquenta e três mil e setecentos e doze reais e
645 dezesseis centavos), contrapartida de 3.526.237,27
(três milhões e quinhentos e vinte e seis mil e duzentos
e trinta e sete reais e vinte e sete centavos), totalizando
23.179.949,43 (vinte e três milhões e cento e setenta e
nove mil e novecentos e quarenta e nove reais e
650 quarenta e três centavos); c) Cobrança Federal: 03
(três) empreendimentos, com valor pleiteado de R\$
2.768.392,73 (dois milhões e setecentos e sessenta e
oito mil e trezentos e noventa e dois reais e setenta e
três centavos), contrapartida de R\$ 4.190.764,22
655 (quatro milhões e cento e noventa mil e setecentos e
sessenta e quatro reais e vinte e dois centavos),
totalizando R\$ 32.933.221,15 (trinta e dois milhões e
novecentos e trinta e três mil e duzentos e vinte e um
660 reais e quinze centavos). Ao todo, os 9 (nove)
empreendimentos a serem indicados somam R\$
28.742.456,93 (vinte e oito milhões e setecentos e
quarenta e dois mil e quatrocentos e cinquenta e seis
reais e noventa e três centavos) em valor pleiteado,
665 sendo R\$ 4.190.764,22 (quatro milhões e cento e
noventa mil e setecentos e sessenta e quatro reais e
vinte e dois centavos) em contrapartida, totalizando R\$
32.933.221,15 (trinta e dois milhões e novecentos e
trinta e três mil e duzentos e vinte e um reais e quinze
670 centavos). A Sr. Elaine seguiu detalhando os
empreendimentos indicados constantes nos anexos da
minuta em questão. O Sr. Moretti abriu a palavra aos
membros para manifestações. Não havendo, submeteu
a minuta de Deliberação dos Comitês que “Indica
675 empreendimentos para financiamento com recursos
oriundos das cobranças pelo uso dos recursos hídricos
em rios de domínio da União e do Estado de São
Paulo, localizados nas Bacias PCJ – Cobranças PCJ e
da Compensação Financeira/Royalties do setor
hidroelétrico, referentes ao exercício de 2019, e dá
outras providências” em votação, sendo aprovada por
680 unanimidade. **8. Apreciação de minuta de
Deliberação dos Comitês PCJ sobre a indicação do
Diretor-presidente, do Diretor Técnico e do Diretor
Administrativo e Financeiro da Fundação Agência
das Bacias PCJ:** O Sr. Moretti explanou sobre o
conteúdo da Deliberação dos Comitês PCJ nº 045/09,
de 28/08/09, que aprovou os procedimentos para
indicação dos membros dos Conselhos Deliberativos e
Fiscal e indicou o Diretor-presidente da Fundação
690 Agência das Bacias PCJ. O Sr. Moretti ressaltou que o
Estatuto da Agência das Bacias PCJ prevê no inciso
III, do art. 13, que o seu Conselho Deliberativo deve
eleger, a cada 02 (dois) anos, o Diretor-presidente da
Agência das Bacias PCJ, cuja indicação deverá ser
feita pelos Comitês PCJ. Ressaltou que a Câmara
Técnica de Planejamento (CT-PL) deve apenas analisar
os termos da minuta de deliberação, conforme
apresentado, e que a indicação será apresentada pelo
700 Presidente do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL na 19ª
Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ a ser
realizada no dia 26/07/2019, em Saltinho/SP. Após os
esclarecimentos, o Sr. Moretti explanou sobre a minuta
de deliberação que “Indica o Diretor-presidente, o
705 Diretor Administrativo-financeiro e o Diretor Técnico
da Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos
Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí”. Em seguida,
apresentou a proposta da Diretoria dos Comitês PCJ
aos plenários, referente à manutenção da indicação do
Sr. Sergio Rasesa, atual Diretor-presidente da Agência
710

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 75ª Reunião Ordinária da CT-PL

CEA/UNESP – Rio Claro/SP – 05/07/2019 – 9h30min

das Bacias PCJ e dos atuais Diretores Técnico (Sr^a. Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi) e Administrativo e Financeiro (Sr. Ivens de Oliveira) e questionou aos membros sobre a existência de outra proposta de indicação. Não havendo manifestações, colocou a minuta em votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. **9. Apreciação de minuta de Deliberação dos Comitês PCJ sobre a eleição e indicação de membros para os Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação Agência das Bacias PCJ:** O Sr. Moretti lembrou que, conforme estatuto da Fundação Agência das Bacias PCJ, compete aos Comitês PCJ indicar os membros para compor os Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação Agência das Bacias PCJ, de acordo com regras previstas na Deliberação dos Comitês PCJ nº 045/2009, de 28/08/09, que aprovou os procedimentos para eleição dos membros do Conselho Deliberativo e indicação dos membros do Conselho Fiscal, eleitos entre os membros da CT-PL. Explicou também que, em decorrência da eleição e recomposição de representantes nos plenários dos Comitês PCJ e na CT-PL, para o mandato 2019/2021, durante a 23ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ em 28/06/2019, na em Piracicaba/SP, faz-se necessária a recomposição dos referidos Conselhos para este novo mandato. Complementou explicitando que o mandato dos atuais membros representantes dos Conselhos termina em novembro/2019, e que não houve a recondução dos órgãos e entidades dos seguimentos Municípios, Usuários de Recursos Hídricos e Organizações Civas, indicados por meio da Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ nº 279/17, de 01/09/17. Uma vez que estes representantes não integram a composição da CT-PL para o mandato 2019-2021, é necessário que seja realizada, primeiramente, a eleição de representantes para compor os Conselhos Deliberativo e Fiscal para o mandato 2017-2019, que findará em novembro de 2019 (“mandato tampão”), alterando-se assim os termos da Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ nº 279/17, de 01/09/17. Diante do exposto, o Sr. Moretti explicou sobre o conteúdo da Deliberação dos Comitês PCJ nº 045/09, de 28/08/09, apresentando, em seguida, a composição pré-estabelecida de acordo com os critérios previstos na deliberação. Logo após, iniciou o processo eleitoral para a definição dos representantes dos segmentos Municípios, Usuários de Recursos Hídricos e Organizações Civas, para os Conselhos Deliberativo e Fiscal da Agência das Bacias PCJ, para o mandato 2017-2019. Após a eleição, nos termos da legislação e normas vigentes, a composição do Conselho Deliberativo 2017-2019 passou a ter os seguintes membros: 1) do segmento Municípios: P.M. de Itatiba e P.M. de Saltinho; 2) do segmento Usuários de Recursos Hídricos: CIESP – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – Diretoria Regional de Limeira; 3) do segmento Organizações Civas: Associação Amigos do Horto Florestal “Navarro de Andrade” – AAMHOR. Para composição do Conselho Fiscal para o mandato 2017-2019 foram eleitos os seguintes representantes: 1) do segmento Municípios: P.M. de Campinas e P.M. de Amparo. Em seguida, iniciou o processo eleitoral para a definição dos representantes dos segmentos Órgãos de governo, Municípios, Usuários de Recursos Hídricos e Organizações Civas, para os Conselhos Deliberativo e Fiscal da Agência das Bacias PCJ, para o mandato 2019-2021. Após a eleição, a composição do Conselho Deliberativo, mandato 2019-2021, passou a ter os seguintes membros: 1) do segmento Municípios: P.M. de Limeira, P.M. de Saltinho, P.M. de São Pedro, P.M. de Itatiba, P.M. de Holambra e P.M. de Piracicaba; 2) do segmento Organizações Civas: Consórcio PCJ, Associação Amigos do Horto Florestal “Navarro de Andrade” – AAMHOR e Rotary International – Distrito D4590; 3) do segmento Usuários de Recursos Hídricos: ASSEMAE – Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento, CIESP – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – Diretoria Regional de Limeira e Sindicato Rural de Campinas; 4) do segmento Estado: Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente, Secretaria de Estado da Fazenda e Planejamento, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP. Para composição do Conselho Fiscal para o mandato 2019-2021 foram eleitos os seguintes representantes: 1) segmento Estado: Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento; 2) Sociedade Civil: a) segmento Organizações Civas: ÚNICA – União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo; b) segmento Usuários de Recursos Hídricos: Sindicato Rural de Rio Claro; 3) segmento Municípios: P.M. de Campinas (titular). Devido à ausência de manifestações para assumir a vaga de suplente do segmento Municípios, no Conselho Fiscal da Agência das Bacias PCJ, a indicação e eleição de representante deste segmento será encaminhada para os plenários e retomada durante a 19ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, prevista para 26/07/19, em Saltinho/SP. O Sr. Moretti informou, ainda, que o prefeito de cada um dos municípios eleitos, conforme disposto nos regulamentos, deverá indicar, por escrito, à Agência das Bacias PCJ, até a reunião de posse dos Conselhos, se a representação em questão será por ele próprio

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 75ª Reunião Ordinária da CT-PL

CEA/UNESP – Rio Claro/SP – 05/07/2019 – 9h30min

exercida ou por seu respectivo suplente na CT-PL. O
Sr. Moretti abriu a palavra para manifestações e, não
havendo, colocou em votação a composição dos
820 Conselhos Deliberativo e Fiscal, que foi aprovada por
unanimidade. Na sequência, colocou a minuta de
Deliberação dos Comitês PCJ em votação, sendo a
mesma também aprovada por unanimidade pelos
membros da CT-PL. **10. Encerramento:** Nada mais
825 havendo a tratar, o Sr. Moretti agradeceu a presença de
todos e deu por encerrada a reunião.

830

Luiz Roberto Moretti

Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL

Sidney José da Rosa

Secretário-executivo do CBH-PJ1